



notícia **LEGAL**

Informativo digital da Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Procurador-geral orienta cúpula do governo sobre condutas vedadas em ano eleitoral

A pedido do governador Paulo Hartung, o procurador-geral do Estado, Alexandre Nogueira Alves, participou, dia 27, no Palácio Anchieta, de uma reunião com secretários e diretores-presidentes de autarquias e empresas públicas do Governo. O objetivo do encontro foi esclarecer dúvidas dos membros do primeiro escalão acerca das condutas vedadas a agentes públicos no período eleitoral. Ao final da exposição do procurador-geral, ficou definido que a PGE irá produzir uma cartilha falando sobre o tema, de forma didática. “Desde o início do ano, já fizemos várias ações nesse sentido. Produzimos e disponibilizamos em nosso site um compêndio, realizamos diversas palestras e, agora, vamos produzir a cartilha sob a coordenação do nosso Centro de Estudos”, explicou o procurador-geral. Também estiveram na reunião, representando a PGE, os sub-procuradores-gerais Juliana Paiva Faria Faleiro e Erfen José Ribeiro dos Santos.

PGE tem atuação de destaque em reação contra o modelo de concessão do aeroporto de Vitória

Provocada a se manifestar para embasar um posicionamento do Governo contra o modelo de concessão proposto pela União para o aeroporto de Vitória, a PGE elaborou um estudo que apontou três problemas graves na modelagem do Governo Federal. “Ao propor que o aeroporto de Vitória fosse concedido em bloco com o aeroporto de Macaé, a União feriu três princípios: o do pacto federativo, o da economicidade e o da eficiência”, explicou o procurador-geral, Alexandre Nogueira Alves. A tese da PGE foi apresentada pelo governador Paulo Hartung em coletiva de imprensa, dia 14/06, e, no dia seguinte, pelo secretário de Desenvolvimento, José Eduardo Faria de Azevedo, em audiência pública realizada em Vitória pela União. Por fim, no dia 21/06, o procurador-geral do Estado, juntamente como procurador André Garoni, participou de uma reunião em Brasília, na Secretaria de Aviação Civil, para que fizesse uma exposição de motivos sobre a opinião do Governo do Estado em relação ao modelo de concessão. “Vamos tentar reverter essa situação pelas vias administrativas. Mas caso não consigamos, a questão será judicializada”, ressaltou o procurador-geral
